

O comércio de escravizados no periódico “Idade d'ouro do Brasil” em contraste com as acepções atuais de afrodescendência na perspectiva da interseccionalidade e suas implicações na educação das relações étnico-raciais

Claudio Rafael Almeida de Souza¹

The slave trade in the periodical “Idade d'ouro do Brasil” in contrast to current meanings of African descent from the perspective of intersectionality and its implications for education on ethnic-racial relations

O periódico “Idade d’Ouro do Brasil”

Conforme Oliveira (1999) Idade d’Ouro do Brasil foi um periódico publicado em Salvador, como o primeiro jornal a ser impresso na então Província da Bahia. Com quatro páginas, circulou nas terças e sextas-feiras, no período de 14 de maio de 1811 a 24 de junho de 1823. Foi apenas um coadjuvante no processo de consolidação de uma cultura científica no país, publicando esporadicamente artigos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Publicado sob a proteção do conde dos Arcos, tinha como redatores Diogo Soares da Silva de Bivar e o padre Ignácio José de Macedo. A sua linha editorial defendia a manutenção do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves (1815-22) sendo contrário à independência e aos ideais republicanos.

Assim como a pioneira Gazeta do Rio de Janeiro, criada em 1808, o periódico baiano era uma espécie de diário oficial da época, feito para dar publicidade aos atos oficiais e defender os interesses da Coroa Portuguesa no Brasil. A diferença entre ele e a Gazeta realizada na corte é que o periódico Idade d’Ouro do Brasil, também conhecido como “Gazeta da Bahia”, era fruto da iniciativa privada. O jornal era impresso em tipografia fundada pelo comerciante, livreiro, editor e tipógrafo português Manuel Antônio da Silva Serva. E este era o único periódico da época que comercializava escravizados advindos de África e também nascidos no Brasil.

Além de notas oficiais, o periódico publicava notícias nacionais e informações relativas ao comércio, às artes, às ciências e, eventualmente, à agricultura. Nele eram publicadas também notícias internacionais reproduzidas de periódicos estrangeiros. Por chegar ao Brasil com dias de atraso, sua publicação estava quase sempre defasada. O jornal era pequeno, com quatro páginas de 17,5 x 10 cm. Ao final havia a seção “Aviso”, com anúncios no valor de 100 réis a linha, referentes as chegadas e partidas de embarcações, comércio de escravizados, sociedades mercantis, vendas de mercadorias etc. Desde sua criação, a gazeta tinha que passar pela censura, como tudo o que se publicava no Brasil, mas a seção “Aviso” só passou a ser submetida a tal crivo em 1819.

Inicialmente a assinatura podia ser anual (8\$000 réis), semestral (4\$000 réis) ou trimestral (2\$400 réis), paga antecipadamente. O exemplar avulso custava 60 réis. A análise do público-leitor feita por Maria Beatriz Nizza da Silva² demonstra que a gazeta não chegava a ter

1 Museólogo e Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia. claudiorafael.almeidadesouza@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-7581-1025>

2 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2ª ed., 2005, ps. 36-7.

200 assinantes em uma população, a baiana, calculada, à época, em 18 mil habitantes. Houve, portanto, considerável esforço ao longo do tempo do periódico em publicação obter mais assinantes. Deste modo, possivelmente e dado aos avanços tecnológicos houve a inserção de outros meios de comunicação com o passar dos anos, que possibilitou o término de circulação do jornal. Entretanto, no interim em que o periódico era comercializado houve outros meios de divulgar as notícias. Como nem todas as pessoas tinham poder aquisitivo para angariar recursos para compra do periódico, na época era comum à leitura em voz alta do jornal, inclusive em locais públicos, aumentando bastante o público leitor.

Hoje se encontra exemplares do periódico *Idade d'Ouro do Brasil* difundidos por várias bibliotecas, podendo assim ser consultados na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional de Lisboa, no Arquivo Público e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde pode ser encontrado o seu primeiro número. Nestas instituições os exemplares estão salvaguardados das intemperes do tempo, com uma qualidade relativa do seu estado de conservação.

Ao ter como base o estudo do periódico *Idade d'Ouro do Brasil*, este artigo tem como interesse mapear os marcadores sociais através do comércio de escravizados no periódico acima referido e que circulava na cidade de Salvador, Bahia no período de 1811-1823, e que encontra-se atualmente localizado no serviço de busca da Hemeroteca Digital Brasileira pertencente ao Arquivo Online da Biblioteca Nacional. Como aporte teórico busca-se referenciais em bibliografia para compreender o conceito de interseccionalidade.

Deste modo, ilustra-se através dos anúncios do periódico as chamadas de compra e venda de escravizados com o intuito de compreender como se estabelecia a comercialização de escravizados nos jornais e periódicos. Destacando assim, quais eram as características dos escravizados que eram normalmente vendidos e como esses escravizados eram anunciados. Como resultado, a pesquisa permite ter um breve panorama das atividades dos escravizados, idade, gênero e outras especificidades que marcam o sujeito social através da perspectiva da interseccionalidade.

Metodologia de estudo

A metodologia de estudo utilizada na pesquisa e para a escrita deste artigo foi desenvolvida a partir de uma revisão de literatura, que é de natureza qualitativa e que buscou aproximar-se do “estado da arte” sobre os anúncios do jornal *Idade D'Ouro* que abordam a compra e venda de escravizados, especificados com marcadores sociais na perspectiva da interseccionalidade. Definindo, deste modo, natureza quantitativa. Assim, os métodos aplicados determinam-se neste sentido qualitativo e quantitativo, dado o levantamento da quantidade de anúncios encontrados.

Conforme Ferreira (2002) por estado da arte, entendem-se as pesquisas de caráter bibliográfico, que têm a finalidade de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento sobre uma determinada temática e se propõem a visibilizar os aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, as formas e condições em que foram produzidas. São reconhecidos por realizarem metodologias de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica à luz de categorias e facetas que se caracterizam em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Para a composição do cenário, o estudo foi realizado através do serviço de busca da Hemeroteca Digital Brasileira que pertence ao Arquivo Online da Biblioteca Nacional. Diante da metodologia buscaram-se diferentes anúncios utilizando o período de 1811-1823 apenas no periódico *Idade D'Ouro do Brasil* que abordavam a temática em discussão, utilizando a palavra “vende-se escravos” ou “vende-se escravas” como descritor no local de busca existente na plataforma da hemeroteca.

- Fonte: a busca dos anúncios comercializando escravizados em Salvador, Bahia do primeiro período do século XIX coincidem com a fixação do primeiro periódico da Bahia, que é o jornal *Idade D'Ouro do Brasil*. Inicialmente houve uma ampliação da pesquisa incluindo assim, outros periódicos. Mas, por encontrar maior quantidade de anúncios no periódico anteriormente citado, resolveu-se elencar somente os anúncios existentes neste jornal.
- Período: a demarcação do período implica na fixação e tempo de atuação e comercialização do periódico na cidade de Salvador, Bahia (1811-1823).
- Idioma: foram contempladas somente as produções em língua portuguesa, pois, na plataforma de busca só havia exemplares de jornais na versão em português.

A partir do levantamento do material, procedemos à leitura dos anúncios e construímos tabelas para análise a partir de informações como as atividades dos escravizados, idade, gênero e outras especificidades que marcam o sujeito social através da perspectiva da interseccionalidade. Depois da construção das tabelas, iniciou-se a discussão dos achados. Para dialogar com os resultados encontrados a partir dos indicadores, foram utilizados também textos que fazem parte da temática discutida e que foram encontrados em bases de dados investigadas como o Scielo e outros indexadores, e correspondem ou não ao período dos anúncios encontrados.

O comércio de escravizados no periódico “Idade d'ouro do Brasil”

No íterim do final do século XVIII e o início do XIX, a Bahia viveu um boom na exportação açucareira. Isso gerou uma demanda grande por escravizados. Em 1808, com a chegada da família Real e a elevação de status político da América Portuguesa, há um incremento do tráfico de escravizados. Na Bahia, a demanda por essa mão-de-obra foi preenchida, em grande medida, pelas guerras santas que ocorreram naquele momento na região ao redor do golfo do Benin na África. Para Salvador e Recôncavo vieram, trazidos pelos navios negreiros, escravizados pertencentes a vários povos, entre eles, os oriundos dos reinos islâmicos e da Iorubalândia³.

No período de 1807 e 1835, escravizados africanos empreenderam um ciclo de revoltas em Salvador e Recôncavo que, entre os atos de rebeldia, incluem-se desde conspirações até confrontos armados. Entre 1807 e a metade da década de 1820, os primeiros a liderarem revoltas foram os da “nação” Haussá; a partir da metade da década de 1820 até a Revolta dos Malês em 1835, os nagôs passaram a ocupar mais esse lugar de “nação” africana rebelde.

O ciclo de revoltas coincidiu com momentos importantes da história política da Bahia e do Brasil no início do século XIX: chegada da Família Real, processo de emancipação política da América portuguesa, Guerra de Independência, Primeiro Reinado e o conturbado período regencial quando a Bahia foi sacudida por revoltas federalistas. Segundo João José Reis, esse ciclo de revoltas escravas constituiu uma tradição de rebeldia por parte dos africanos escravizados. Tradição esta formada por estratégias e rituais de revoltas que contribuiu para formar identidades étnicas e religiosas nas comunidades africanas de Salvador e Recôncavo⁴.

Deste modo, para ilustrar a comercialização de escravizados da época, elencamos através de pesquisa na Hemeroteca do Arquivo Online da Biblioteca Nacional a quantidade significativa de cerca de sessenta anúncios de compra e venda de escravizados no periódico *Idade d'Ouro*, nos quais estes eram anunciados através da segmentação Avisos. Destaca-se a

3 Sobre a relação entre a demanda por escravizados causada pelo aumento da exportação açucareira e as Jihad na costa ocidental da África ver: LOVEJOY, E. Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravizados muçulmanos da Bahia. *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 11-44, 2001; REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 159-175.

4 Para uma contextualização das revoltas escravas na Bahia portuguesa e independente ver: REIS, op. cit., p. 68-94.

ocorrência de uma significativa quantidade de vendas, distinguindo assim o escravizado por grupo étnico, idade e atividade de labor.

As ocorrências⁵ encontradas apontam o comércio de escravizados em embarcações no Porto de Salvador. Em alguns anúncios encontra-se a venda e leilão de escravizados juntamente com propriedades e outros elementos que os caracterizam, como móveis. Normalmente busca-se a compra e venda de escravizados “ladinos”, ou seja, escravizados jovens e que tinham diferentes tipos de atividades.

Salienta-se assim, que os escravizados necessários para compra ou venda eram calafates, pedreiros, carpinteiros, carregadores de móveis, sapateiros, barbeiros, cozinheiros, ferreiros, copeiros, alfaiates, sangradores, costureiras, bordadeiras, engomadeiras, tocadores, doceiras, bolieiros, pintores, tanoeiros, marinheiros, marceneiros, alambiqueiros, sirigueiros e canteiros. Em relação à faixa etária dos escravizados comercializados destaca-se a idade de 15 a 25 anos.

Basicamente a seção avisos do periódico trata da venda e compra, e algumas vezes descrevem anúncio de fugas de escravizados e também de devoluções. Sobre a possibilidade de devoluções de escravizados relata-se a entrega por oficiais da marinha ou guarda real. Normalmente os escravizados tinham origem em diferentes nações ou etnias da África, salientam-se as etnias: Nagô, Mina, Bronom, Angola, Tapa, Catacory, Inhambé, Gege, Haussá ou Uçá, Cabina ou Cabinda, Moçambique, dentre outras.

Foram encontrados dois anúncios que revelou o valor da venda de escravizados, um estava vendendo por 160 \$ réis e o outro dava a recompensa equivalente a 12\$800 réis para quem encontrasse o escravizado fugido. Isso não é uma constante, haja vista que os anúncios tipificam e que os valores da recompensa normalmente eram maiores que os valores de compra e venda. Possivelmente devido aos escravizados já domesticados serem mais atrativos que os recém-chegados. Há possibilidade também de que nos anúncios sempre existisse uma possível justificativa para a venda de escravizados, como exemplo a volta dos seus senhores para Portugal.

Além dos anúncios de compra e venda de escravizados é uma constante o anúncio de fugas de escravizados no periódico. Dentro do número de sessenta anúncios encontrados, a cada três anúncios, dois comercializavam os escravizados e um era relatando o ocorrido quando descrevia as características físicas do fujão, incluindo as roupas e outros atributos. Muitas vezes estes eram encontrados sem ao menos ter aviso de fuga e denunciados na seção de avisos do periódico. Os anúncios vinham informando as características do fujão encontrado para assim o seu senhor ir resgatá-lo.

Possivelmente, como se tratava de uma “mercadoria” estes eram guardados para possível troca por recompensa. O que tudo indica é que tinha uma espécie de serviço que alegava encontrar escravizados e solicitar recompensa como devolução. As vestimentas e as características dos escravizados normalmente eram referidas com grande apuro descritivo no intuito de encontrar os escravizados rapidamente e precisamente, dada à quantidade de casos de escravizados fugidos.

Estas descrições implicam, sobremaneira, em compreender como eram normalmente as características de escravizados comercializados, lembrando que possivelmente estes eram comprados e vendidos através dos anúncios do periódico, com a predominância de duas a três semanas de anunciados. Em se tratar de escravizados fugidos, por vez se faz pertinente salientar que trabalhavam em atividades de labor e eram domesticados.

A partir das fontes referenciais se faz oportuno observar um recorte panorâmico da situação, ou melhor, de escravizados na Bahia do primeiro quartil do século XIX. Dando ênfase as características de escravizados que apontam uma possível interseccionalidade através dos marcadores sociais da atualidade que caracterizam os negros na sociedade contemporânea. O que implica um estudo interseccional para compreender dados que enfatizam os possíveis

5 Assim são chamados os resultados de busca na plataforma da hemeroteca online da Biblioteca Nacional.

marcadores sociais que estão presentes na estrutura racista que apreende os afrodescendentes contemporâneos às estruturas de poder que possibilita o racismo ambiental e estrutural na Bahia e Brasil desde o período escravista.

Deste modo, o estudo segue a linha tênue de pesquisa que realiza estudos referentes à população negra escravizada no Brasil nos jornais de época que teve início no ano de 1970, quando é instituída uma revolução no interior da disciplina de História, de onde emergiram novas tendências historiográficas, a fim de incorporar novos problemas, objetos e abordagens, redimensionando a História para o campo social e cultural, e quando se teve interesse em pesquisar em fontes referenciais da imprensa.

A partir de fontes referenciais de estudo encontramos um estudo importante que retrata e possibilita o entendimento da situação da escravidão em São Paulo através de jornais do século XIX realizado por Lilia K. M. Schwarcz em seu primeiro livro, intitulado *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadania em São Paulo no final do século XIX*, 1987. Observem o que informa Schwarcz:

A partir da análise dos anúncios e da verificação de uma outra dimensão que não só a pragmática, podemos perceber também como o elemento negro parece cumprir trajetórias, já que vai passando de humilde e ainda saudável a degenerado – primeiro física e depois moralmente. Além disso, aos poucos substituem-se e justapõem-se antigas imagens por novas, mais adaptadas talvez ao próprio momento: ao lado da imagem do preto humilde, servil, amigo dos brancos, vai surgindo a do negro traiçoeiro, fujão e ladrão. (SCHWARCZ, 1987, p. 150).

A partir de tal possibilidade, os estudos concernentes aos jornais e periódicos surgem como uma probabilidade de pesquisar e realizar uma releitura dos fatos e eventos passados, de tal modo, que busca compreender eventualidades relacionais no âmbito de uma determinada sociedade que dificilmente passariam a existir de forma tão minudenciada em outros tipos de fonte.

Essa possibilidade pode vir a ser encontrada na ponderação que Lilia Schwarcz expõe ao público na obra intitulada, *Retrato em Branco e Negro*, e a qual podemos observar também neste artigo através das ponderações que o autor Cláudio Rafael Almeida de Souza realiza sobre as possibilidades dos marcadores sociais nos quais eram caracterizados os escravizados pela sociedade escravista de outrora estarem conectados aos marcadores sociais que caracterizam os afrodescendentes na contemporaneidade, possibilitando assim o racismo estrutural e outros modos de discriminação.

Apesar de possuírem pontos em comum, há certa possibilidade de encontrar pontos equidistantes que possibilitam a riqueza intelectual das obras. Na obra de Schwarcz, acima referida, a autora prevalece com o estudo dos jornais como fontes principais a fim de compreender o imaginário social sobre o negro e a sua condição na cidade de São Paulo no final do século XIX. Enquanto este artigo estuda através dos dados encontrados nos anúncios do periódico *Idade d'Ouro do Brasil* que caracterizam os negros escravizados da Bahia de outrora possibilidades que incluem tentativas de apagamentos e silenciamentos provocadas através do racismo estrutural e ambiental que possibilitam que os marcadores sociais na perspectiva da interseccionalidade sejam interpretados no tempo alcançando a contemporaneidade através dos marcadores sociais atuais que caracterizam afrodescendentes e provocam reflexos de um racismo estrutural e ambiental.

Na perspectiva de Schwarcz, “(...) os jornais são aqui entendidos, primeiramente, enquanto ‘produto social’, isto é, resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”

(SCHWARCZ, 1987, p. 15). Há uma proximidade no tratamento dado as fontes pesquisadas onde os anúncios encontrados no periódico “Idade d’Ouro do Brasil” possibilitam levantar dados nos quais eram realizados os estudos dos marcadores sociais que caracterizam os escravizados do século XIX, possibilitando assim, realizar uma comparação com a estratificação do negro na sociedade da Bahia contemporânea, na qual foram trazidos e alargaram-se em número. Os dados encontrados nesta contribuição têm como possibilidade o estudo dos anúncios de compra e venda de escravos em conjunto com descrições de escravos fugidos e o relato de valores de venda, bem como de recompensas agraciadas pelos senhores ao serviço de achado dos escravizados.

Outra fonte referencial importante para o desdobramento do estudo realizado nesta contribuição é o livro de Gilberto Freyre, intitulado *O Escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, 1979, segunda edição, por ter sua primeira edição em 1963. Nele o autor busca focar um conjunto de anúncios relativos à fuga de escravos, que, ao lado de informações descritivas como, por exemplo, a etnia, a aparência, os defeitos físicos dos negros, apresentam características linguísticas desses indivíduos perseguidos como, por exemplo, “fala atrapalhada”, “bem falante”, “ele fala bem claro”. Deste modo, no presente trabalho, procura-se fazer uma reflexão sobre a linguagem dos escravizados brasileiros, tendo, como foco, a aquisição da língua portuguesa, bem como outros aspectos físicos que caracterizavam e poderiam possibilitar os escravocratas da época encontrar ou “tipificar” seus escravizados que por momento estava fugido e pronto para ser capturado.

Em uma passagem interessante do livro de Gilberto Freyre, encontra-se uma breve citação dado as fontes referenciais, na qual dialoga com os dados encontrados nos jornais de época. Nele faz-se necessário a compreensão, ou melhor, o estudo dos anúncios com o intuito de compreender a estratificação e características dos escravizados no Brasil, dando ênfase e priorizando os escravizados sudaneses, aqueles que tinham características mais “esbeltas” por seguir o modelo fisionômico e o padrão europeu. Sendo assim, destaca Gilberto Freyre:

Os anúncios de escravos em jornais brasileiros do século XIX confirmam esta generalização: a de ter variado consideravelmente a procedência de negros importados, como escravos, da África para o Brasil. Essa variedade reflete-se quer na figura física dos negros descritos pelos anúncios quer nas suas características de ordem etnográfica ou de natureza cultural, registrados nos mesmos anúncios: marcas de nação, penteados, barbas, xales, turbantes, tangas, vestidos. Por outro lado, acima dessas características de ordem étnica ou de natureza etnográfica, afirmam-se aquelas que podemos denominar de características constitucionais: os dos introvertidos ou calados ou de semblante carregado que se distinguem dos extrovertidos de aspecto alegre e de disposição brejeira, por exemplo. Os angulosos que se distinguem dos arredondados. E também - ainda noutro plano sócio-antropológico - os eugênicos que contrastam com os cacogênicos (Freyre, 1979, p. 57).

Há de se destacar uma diferença na metodologia principal do estudo desta contribuição em relação aos estudos realizados por Schwarcz (1987), bem como Freyre (1963) e (1979), que priorizavam o estudo da condição dos negros e escravizados nas fontes referenciais, com o intuito de rever como os escravizados ou negros eram tratados na sociedade de outrora. Deste modo, podemos destacar neste estudo que há uma diferença na abordagem dada à metodologia atribuída ao estudo dos anúncios. Por levar em conta que a abordagem dada nesta contribuição é realizada através de uma nova perspectiva, diferente da abordagem dos estudos citados acima, que demonstram os dados referentes à pesquisa no periódico específico, e que se torna equidistante em relação aos estudos anteriores, dado o caso da comparação através da perspectiva da interseccionalidade.

Deste modo, o estudo buscou nas ponderações, mesmo que breve dos dados apontados em pesquisa, juntamente com referências de diferentes tipos sobre a perspectiva da

interseccionalidade e ideias antirracistas que preconizam as lutas contra o racismo e o estado de direito de afrodescendentes na sociedade da Bahia contemporânea. O que o estudo realiza é o debruçar do pesquisador através dos dados encontrados nos anúncios, possibilitando a compreensão sobre alguns marcadores sociais que caracterizam o sujeito social contemporâneo e o escravizado de outrora, possibilitando comparar e verificar um possível reflexo dos marcadores sociais, refletindo assim, em um possível racismo estrutural e ambiental que assolam os afrodescendentes na Bahia desde o período da escravidão.

O conceito de interseccionalidade

Há uma vasta produção bibliográfica sobre o conceito de interseccionalidade, a qual a nomeação foi largamente difundida a partir do texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (Hirata, 2014), que utilizou deste termo para designar a interdependência dos marcadores sociais de raça, gênero e classe nas dinâmicas de poder. As autoras Avtar Brah (2006), Adriana Piscitelli (2008) e Conceição Nogueira (2013) utilizam o conceito para aproximar os marcadores de gênero, raça, etnia, classe, dentre outros, de modo articulado, pois, segundo as mesmas autoras, estes estão entrelaçados na constituição das desigualdades sociais. Portanto, indico o que diz Silveira e Nardi (2014) ao abordar a interseccionalidade como uma busca que tende a compreender as consequências da inter-relação dos eixos de poder, gênero, classe, raça, etnia, na constituição das estruturas e dinâmicas sociais, enfatizando a importância de priorizar o conhecimento no modo como os sujeitos sociais vão se constituindo na vicissitude de forças a que estão expostas na sociedade em que “subsistem”. Destacando desse modo, a possibilidade de discutir a relação dos sujeitos sociais que argumentam meios de defesa interpessoal.

O debate acadêmico sobre a interseccionalidade parece estar em diferentes perspectivas que utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas essas se modificam conforme as concepções de diferença, poder e agência utilizadas. A autora Adriana Piscitelli (2008) salienta duas perspectivas no debate sobre as interseccionalidades, as leituras sistêmicas e as abordagens construcionistas. Em primeiro remonta a interseccionalidade voltada para a abordagem sistêmica a qual busca revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação. Indico aqui uma das principais autoras que trabalha com essa perspectiva que é Kimberlé Crenshaw, que vem buscando desenvolver recursos com o objetivo de estabelecer políticas que evitem a violação dos direitos humanos das mulheres. A interseccionalidade, segundo indica Crenshaw (2002, p. 177),

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Desta maneira, esta autora teve um papel fundamental para o entendimento de que formas de opressão não apreendem os sujeitos sociais isoladamente, mas também não o fazem somadas ou atreladas, em dinâmicas que permitiriam visualizar cada eixo de opressão separadamente para então compreender sua concomitância, ou os efeitos de sua copresença. Deste modo, busca-se compreender as trocas existentes nas relações interpessoais que buscam nestas a maneira pela qual relaciona-se modos de discriminação social.

Como exemplo, pode-se dizer que os mecanismos de opressão não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar como destaca Bell Hooks (1984) na posição de oprimidas e na posição de opressoras ao mesmo tempo. Do mesmo modo, mulheres brancas de classe social mais favorecida economicamente podem estar em uma posição de opressão em relação a outras mulheres e homens negros e pobres e, no entanto, serem oprimidas por homens brancos. Esta relação pode assim revelar como se fosse uma “cadeia alimentar” relacional que busca nos meios de sobrevivência na sociedade as discussões sobre as relações interpessoais.

Para Piscitelli (2008) as leituras críticas consideram a visão de Crenshaw expressiva de uma linha sistêmica, que destaca o impacto do sistema ou a estrutura sobre a formação de identidades. Na abordagem construcionista, o trabalho com a noção de articulação é entendida como prática que estabelece uma relação entre elementos, de maneira que as identidades se modificam como resultado das práticas articulatórias. E assim, "os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes, esses oferecem simultaneamente, recursos que possibilitam a ação" (Piscitelli, 2008, p. 268).

Nessa segunda linha de abordagem, podemos encontrar em Nogueira (2013) e Brah (2006), esta última, depois de uma trajetória transitando por diversos contextos, se envolvendo no trabalho com a articulação entre gênero, raça, etnicidade e sexualidade, no feminismo negro, na Inglaterra. Sendo assim, é preciso pensar a importância de considerar as interseccionalidades a partir de questões estruturais da sociedade, pois estas têm um peso grande na constituição dos sujeitos, mas também como algo que não é estático, que nas interações dos diversos marcadores que produzem desigualdades e opressões são responsáveis pelas modificações dos modos como os sujeitos se constituem na sociedade contemporânea.

É considerável a abordagem de Nogueira (2013, p. 243), ao questionar que: "se há diferentes posicionamentos para enfrentar esta complexidade, porque não usá-los para em conjunto se produzir um saber sempre questionado, sempre crítico, sempre alerta das possibilidades de reificação, seja de categorias ou assunções que são temporárias ou provisórias e usadas apenas estrategicamente?"

A autora Piscitelli (2008, p. 269) assegura que as interseccionalidades permitem "pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos no âmbito global". Esta possibilidade de produção e valorização das categorias de diferença e poder implicaria em uma secundarização relativa da categoria de gênero, que no pensamento feminista assumiu lugar central nas últimas décadas, obscurecendo ou subordinando outras formas de diferenciação que produzem desigualdades e opressão (Mello & Gonçalves, 2010).

O que açambarca a intersecção de gênero com o racismo que estabelece como um elemento incontornável para fazer frente às formas de exploração, dominação e opressão que sofrem as mulheres negras. O feminismo negro não reduziu o peso do gênero como categoria, mas sim as questões postas por uma análise das relações de gênero que foram reposicionadas (Biroli & Miguel 2015).

Os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão na sociedade, como os mais comuns baseados no gênero, na raça, etnia, classe, religião, nacionalidade e orientação sexual, não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, estes meios de opressão inter-relacionam-se, possibilitando um sistema de opressão que reflete a intersecção de múltiplas formas de discriminação (Nogueira & Oliveira, 2010). Deste modo, conforme Crenshaw (2002) para compreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais, de gênero e de classe, que são parte da estrutura social e constituída por esses sistemas de poder, precisam ser consideradas fatores que contribuem para a produção da subordinação.

E por falar em interseccionalidade, lembramos Lugones (2014, pp. 942-943) ressaltando que,

a interseccionalidade é importante quando mostra a falha das instituições em incluir discriminação ou opressão contra mulheres de cor. Mas aqui quero ser capaz de pensar na sua presença como seres tanto oprimidos como resistentes. Então, me voltei para a colonialidade do gênero na diferença colonial e, a partir dela, para poder perceber e compreender o lócus fraturado das mulheres colonizadas e dos/as agentes fluentes em culturas nativas (LUGONES, 2014, pp. 942-943).

Como podemos observar, Lugones ressalva que é preciso compreender as mulheres de cor como seres oprimidos, mas também a partir da possibilidade de resistência que elas possuem. As dificuldades enfrentadas, no que se refere às esferas da educação, do trabalho, da saúde e das várias violências sofridas, são muitas, mas algumas mulheres negras têm se engajado na luta pela transformação social.

Há a possibilidade inclusive de destacar no viés da racialidade que homens negros afrodescendentes são também discriminados na sociedade, no qual o meio onde eles vivem pode articular maneiras de demarcar socialmente estes sujeitos a partir de estruturas de discriminação. E com isso, pode-se a partir da perspectiva da interseccionalidade, observar, por exemplo, que se os marcadores raça, classe e gênero podem ser limitantes para algumas pessoas, para outras podem impulsionar a resistência para que lutem pelos direitos que lhes são cotidianamente negados. Ao recordar o período escravista lembramos que a maneira pelas quais os escravizados eram submissos pelos seus senhores muito tem a ver com as formas pelas quais os indivíduos estão encarando a sociedade contemporânea e os problemas sociais que os assolam.

Algumas autoras como Crenshaw, (2002) Nogueira (2013) Hirata (2014) e Lugones (2014) ressaltam que a ideia de considerar a interseccionalidade como um campo de estudos especializado não é mais adequada, na medida em que é produtivo entender que a interseccionalidade é um paradigma que permite estudar questões de justiça distributiva, de ação política, poder e governo (Collins, 2015). Considerando as questões abordadas sobre a interseccionalidade, a seguir descreveremos o porquê de o presente estudo ter sido realizado, quais outras perspectivas localizadas nas produções científicas e algumas reflexões que fizemos a partir dos anúncios encontrados de comércio de escravizados. Deste modo, sintetiza-se que o construto de ideias como raça, idade e gênero que prevaleceram como indicadores da estratificação da venda e compra de escravizados tem a ver com os acontecimentos recorrentes na contemporaneidade que assolam afrodescendentes, como exemplo o racismo estrutural e ambiental.

Os marcadores sociais e suas implicações na educação das relações étnico-raciais

Entende-se que os sujeitos sociais presentes na sociedade são distinguidos por marcadores sociais que estipulam e permitem que estes sujeitos sejam caracterizados como cidadãos de uma sociedade. A idade, o gênero, a raça dentre outros marcadores sociais auxiliam na estratificação da sociedade civil e permitem que o indivíduo social seja designado por algumas destas características. Inclusive os meios pelos quais os indivíduos são tratados na sociedade relacionam-se com esses marcadores. Segundo indica estudos relacionados à interseccionalidade estes atributos estipulam valores sociais que designam as condições sociais destes indivíduos.

Os marcadores sociais são na verdade meios de segregar, ou melhor, seccionar indivíduos na sociedade. Estes meios de seccionar através de características permitem compreender os meios pelos quais estes indivíduos estejam possivelmente discriminados pelas condições as quais nasceram ou foram ou estão submetidos. Destaca-se assim, como condições nascidas o gênero e a raça, e os que estão submetidos como classe social e idade, lembrando

que trata-se da classe social como circunstância pelos quais os indivíduos vão adquirindo bens durante sua vida e a idade as modificações e transformações ocasionadas pelo tempo.

As implicações desses marcadores sociais atribuem-lhes meios de interpor e compreender outros estudos em questão. Os estudos indicam que os meios pelos quais os marcadores sociais são estudados implicam, por exemplo, nas discussões existentes sobre a ideia de raça, idade e gênero. Assim, os estudos através da perspectiva da interseccionalidade sobressaem nos estudos equivalentes ao contexto de discriminação racial, sexismo, identidade de gênero, e dentre outras discussões sociais que atingem as minorias que compõe a sociedade contemporânea.

O que se pretende neste texto é dialogar o conceito de interseccionalidade com a ideia de raça, idade e gênero a ponto de compreender e combater o discurso racista que atualmente acomete alguns sujeitos sociais. Deste modo, é trabalhado o período escravista que corresponde o primeiro quartil do século XIX, e indica como um dos fatores da escravidão o comércio de escravizados do periódico *Idade D'Ouro do Brasil*. E que este comércio, como qualquer outro meio de escravizar o sujeito social ocasiona no decorrer da história maneiras de opressão e discurso racista. E ao ter na educação das relações étnico-raciais, melhor maneira de se impor soluções para os problemas sociais ocasionados pelo comércio escravista e toda sua dívida e reparação histórica que ocasionou a certo tipo de fenótipo ao longo do tempo e seus descendentes.

Este estudo tenta significar que os meios pelos quais os escravizados eram tratados, implicam também a partir dos marcadores sociais a estratificação dos negros no comércio escravista e na sociedade contemporânea. Assim, os modos pelos quais os escravizados eram submetidos traduz de certa maneira na significação do racismo que acontece atualmente na sociedade. Lembrando que discursos de ódio e racistas transubstanciam da contemporaneidade perpetrando o espaço e o tempo alcançando o passado em que os negros eram subjugados como escravizados e que não tinham meios de se libertarem dessa condição.

Os modos pelos quais os negros atualmente são tratados na sociedade civil interconectam com os modos pelos quais os negros eram tratados no interim que corresponde o comércio escravista no periódico *Idade D'Ouro do Brasil*. Sendo assim, as maneiras pelas quais os escravizados estão submetidos à sociedade do primeiro quartil dos oitocentos reflete no modo como os afrodescendentes estão sendo tratados na sociedade contemporânea. E que discursos antirracistas só serão proferidos e permitidos a partir do momento que tenham abrangência dos modos pelos quais a educação antirracista busque maneiras dialogar com a educação das relações étnico-raciais, sobrepondo o pensamento de que só uma educação que facilite o bem viver entre as etnias e a conscientização da reparação histórica torne positivamente o relacionar-se entre as etnias que corresponde à heterogeneidade da sociedade brasileira.

Desta maneira, o discurso inerente a esta contribuição busca compreender em que meios à discriminação de outrora ainda persiste na contemporaneidade e esquadrinha maneiras de apagamentos e silenciamentos de memórias afrodiáspóricas. Fazendo assim, com que os meios pelos quais os negros estejam tratados atualmente seja um reflexo social da dívida histórica na qual os negros são mal pagos a partir do interstício do comércio escravista que se instaura as leis de libertação à abolição da escravatura e os dias da escrita deste texto, que busca maneiras de sobrepor o diálogo e a educação às questões discriminatórias e racistas.

Os marcadores sociais idade, gênero, raça entre outros muitos têm a ver com as condições pelas quais os negros contemporâneos estão submetidos na sociedade. Deste modo, as maneiras pelas quais os negros estão sendo discriminados muito além das discussões acadêmicas representam muitas vezes, a partir das narrativas de brancos e escravocratas, pensamentos elitistas e escravistas que se relacionam com a ideia de branquitude, que busca através de um sem fim de esferas de fenômenos interligar informações, bem como delimitar interpretações. Enfatizando assim, a necessidade de combater o processo discriminatório e racista que perpetra o tempo alcançando a sociedade da atualidade e vice-versa.

Deste modo, entende-se que os marcadores sociais são extremamente importantes para compreender que o relacionamento entre eles estão relativamente conectados com fatores discriminatórios no que tange o racismo e outros problemas sociais que cerceiam as relações étnico-raciais. Assim, implica na educação encontrar soluções para o combate do racismo estrutural e ambiental que assola os afrodescendentes e toda uma gama de mazelas sociais que permitem ao sujeito social o mal viver em sociedade.

Por ter, portanto, a busca por uma educação antirracista através da educação das relações étnico-raciais e que entenda de uma vez por todas que nós seres humanos somos iguais perante o estado laico de direito e que todos nós temos direitos e deveres a serem preservados pela sociedade. Começando na educação escolar, na qual a lei 11.645/2008 altera a lei 9.394/1996 modificada pela lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

Os parágrafos 1º e 2º da lei 11.645/2008 dizem que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação

Isso implica, sobretudo, a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e médio, o que não açambarca os primeiros anos da educação infantil, anos escolares no qual o hábito comumente acontece. Como pode ser observado, consequentemente, essa temática aparece no livro didático, uma vez que ele é um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, com o presente estudo, verificamos que essa lei está sendo abordada nesses tipos de livros, principalmente no livro de história. Nosso corpus de análise é constituído pelos livros didáticos públicos e os utilizados em algumas escolas particulares, como exemplo, o livro caderno de reforço adotado por uma escola particular de Salvador, Bahia para o 5º ano do ensino fundamental, intitulado Viver Valores das autoras Maria Amélia Vieira e Rute de Souza Galvão da editora Construir.

O estudo proposto neste exemplo demonstra que há uma valorização da temática afro-brasileira e indígena. Mas, poderia ser mais bem trabalhada no campo da informação e conscientização das relações étnico-raciais, empregando desta maneira uma melhor didática no que tange a abordagem de assuntos que realizem a conexão entre a história afro-brasileira e indígena com temas de destaque para ideias antirracistas que buscam de certo modo a conscientização da opressão da população muitas vezes menos favorecida da sociedade, a saber, negros e indígenas.

Conclusões

Estudos como este artigo indicam meios de interpor recursos de combate que buscam maneiras de encontrar subsídios para melhor compreender as relações étnico-raciais que correspondem as ideais e educação antirracistas e buscam deste modo estratégias de combate

ao racismo ambiental e estrutural, não muitas vezes velado existente na sociedade contemporânea. Certamente, os meios pelos quais este texto trabalha o comércio escravista dizem necessariamente os meandros pelos quais é e se faz pertinente às discussões que tangem os problemas sociais da contemporaneidade.

Discussões que partem de ideias de raça, idade e gênero na perspectiva da interseccionalidade buscam maneiras de contribuir para a diminuição da discriminação que tange a mentalidade dos sujeitos sociais que vivem na sociedade contemporânea. As maneiras pelas quais os sujeitos sociais que atualmente discutem e buscam maneiras de combater tentativas racistas na sociedade permitem que os modos pelos quais a diáde racismo - escravidão tivera sido estudada no passado, sem necessariamente ter a ver com questões especiais que correspondem ao interstício do comércio escravista.

O estudo atual indica que os meios pelos quais os negros escravizados sofreram discriminação na sociedade tem a ver com questões sociais que tangem o tratamento diferenciado dado atualmente aos seus afrodescendentes. Deste modo, algumas questões interessantes a serem discutidas apresentam questões que tangenciam desde o período da escravidão a episódios discriminatórios com teor racista, lbtzfóbico, xenofóbico, dentre outros. O que açambarca pesquisas de estudiosos que debruça sobre a temática da diáde na qual propõe discussões de combate ao preconceito existente nas relações étnico-raciais e por que não dizer nas relações interpessoais.

As questões que os estudiosos pesquisam na perspectiva da interseccionalidade muito contribuem para os não apagamentos e/ou silenciamentos da memória social de negros na contemporaneidade. Estes ainda não retribuídos pela dívida histórica que decorre desde o período escravista que assola o ocidente até questões mais excludentes da contemporaneidade que relacionam-se com questões que envolvem marcadores sociais como idade, gênero e raça. Estas especificações e categorização envolvem ideais de branquitude que desenvolve aspectos racistas em discussões relacionais que assolam negros, brancos, ameríndios, entre outras etnias que corresponde à sociedade atual.

Deste modo, este artigo busca por meio de aparato metodológico pesquisas em diferentes edições do periódico *Idade D'Ouro do Brasil* juntamente e em contraponto com publicações de vários tipos como livros, dissertações, teses que tratam do tema da interseccionalidade e racismo. Assim, o estudo busca maneiras de dialogar com as diferentes esferas da sociedade e pretende desmistificar a ideia de acreditar que os marcadores sociais como a idade, o gênero e a raça não se relacionam com o interm do comércio escravista e atitudes racistas na contemporaneidade. E sem o devido combate através da perspectiva da interseccionalidade o racismo e outros modos de discriminação jamais serão extintos das sociedades, em específico a da Bahia.

Referências

- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27–55. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27> Universidade Estadual de Londrina
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329–376.
- Collins, P. H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1–20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142> publicacoes.fcc.org.br
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> indexlaw.org
- Di Stasio, Â. (1996). Subsídios para uma análise da história de periódicos raros. *Anais da Biblioteca Nacional*, 114, 97–110.

- Ferreira, N. S. de A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 23(79), 257–272. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tIng=pt
- Freyre, G. (1963). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Imprensa Universitária.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005researchgate.net>
- hooks, b. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. South End Press.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013periodicos.apps.uern.br>
- Mello, L., & Gonçalves, E. (2010). Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde. *Revista Cronos*, 11(2), 28–39.
- Nogueira, C. (2013). A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In C. Nogueira (Org.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos* (pp. 227–248). Universidade do Minho.
- Nogueira, C., & Oliveira, J. M. (2010). Um olhar da psicologia feminista crítica sobre os direitos humanos de pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Orgs.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero* (pp. 9–17). Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Oliveira, J. C. (1999). As ciências no Paço de D. João... *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 6(1), 67–87. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200009
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263–274.
- Schwarcz, L. K. M. (1987). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Companhia das Letras.
- Silva, M. B. N. da. (2005). *A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil* (2ª ed.). Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Silveira, R. da S., & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 14–24.